

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANE APARECIDA WISNIEVSKI

A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE AO FENÔMENO SOCIAL DA
VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CURITIBA
2013

CRISTIANE APARECIDA WISNIEVSKI

A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE AO FENÔMENO SOCIAL DA
VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE CURITIBA-PR

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Orientador: Prof. Dr. Egon Walter Wildauer,

CURITIBA
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me dispensou saúde e força de espírito para enfrentar as dificuldades encontradas no caminho. Agradeço a minha família, aos colegas de trabalho e a inúmeras pessoas que me incentivaram para a conclusão desta pesquisa e pela conquista de mais uma etapa da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho irá apresentar a aplicação das políticas públicas frente ao fenômeno social da violência sexual de crianças e adolescentes do município de Curitiba. Este trabalho teve como objetivos: Avaliação da execução das políticas públicas no cenário da violência sexual de crianças e adolescentes com foco na questão da exploração sexual, vistas ao reconhecimento do Projeto ViraVida como política pública do município de Curitiba; a verificação dos tipos de violência sexual de crianças e adolescentes. A identificação dos serviços de atendimentos para esta problemática a nível público municipal e privado e avaliação da eficácia do atendimento das políticas públicas e de outras instituições no segmento da violência sexual do âmbito municipal. O trabalho foi desenvolvido com base numa pesquisa exploratória, ou seja, buscou-se constatar que o projeto ViraVida está contribuindo no processo de mudança dos jovens inseridos e também no cenário da exploração sexual de crianças e adolescentes para que o mesmo seja reconhecido como política pública. Diante deste trabalho concluiu-se que a política pública de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual não é totalmente eficiente no município de Curitiba-Pr e foram verificados os vários tipos de violência sexual com os respectivos serviços de atendimento e sua eficácia.

Palavras-chave: violência sexual, política pública, avaliação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO.....	1
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO.....	2
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	3
3. METODOLOGIA	10
4. A ORGANIZAÇÃO.....	11
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:.....	12
4.2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	13
5. PROPOSTA.....	16
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	17
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	17
5.3 – RECURSOS	18
5.4 - RESULTADOS ESPERADOS	18
5.5 - RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS	29
6. CONCLUSÃO	30
7. REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	33

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar no capítulo primeiro a problemática da pesquisa, objetivo específico e geral e sua justificativa. Já no segundo capítulo será realizado uma breve apresentação da revisão teórico-empírica. No terceiro capítulo abordaremos a metodologia que será utilizada na pesquisa. O quarto capítulo compreenderá uma apresentação e análise da organização em estudo. No quinto capítulo realizaremos a apresentação da proposta de intervenção finalizando com a conclusão do trabalho de pesquisa.

1.1 Apresentação/Problemática

Este trabalho tem como objetivo principal a avaliação das políticas públicas frente à problemática social da violência sexual de crianças e adolescentes focando a questão da exploração sexual. Esta avaliação será realizada através dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS do município de Curitiba e também no projeto ViraVida – SESI avaliando o impacto das ações na vida dos jovens atendidos pelo referido projeto.

Esta avaliação faz-se necessária para reforçar o reconhecimento do Projeto ViraVida como política pública, uma vez que este projeto é de iniciativa privada.

1.2 Objetivo Geral e Específicos do trabalho

- Avaliar a execução das políticas públicas no cenário da violência sexual de crianças e adolescentes com foco na questão da exploração sexual, vistas ao reconhecimento do Projeto ViraVida como política pública do município de Curitiba.
- Verificar os tipos de violência sexual de crianças e adolescentes;
- Identificar os serviços de atendimentos para esta problemática a nível público municipal e privado;
- Avaliar a eficácia do atendimento das políticas públicas e de outras instituições no segmento da violência sexual do âmbito municipal.

1.3 Justificativas do objetivo

A avaliação das políticas públicas é de extrema importância para que possamos obter dados que comprovem as dificuldades encontradas no acompanhamento de jovens que tiveram seus direitos violados. Estas dificuldades estão nas ações de identificação e adesão deste jovem às políticas públicas, encaminhamentos, falhas no sistema de garantia de direitos, etc.

Faz-se necessária também a avaliação do impacto das ações do Projeto ViraVida no processo de mudança na vida de cada jovem, uma vez que o projeto atua como instrumento de transformação social integrando-se aos trabalhos já realizados pela rede pública de proteção social às crianças e adolescentes.

É importante a discussão dessa temática da exploração sexual de crianças e adolescentes com intuito da desmistificação do preconceito perante a sociedade frente à problemática deste fenômeno quebrando barreiras para a inserção social e produtiva destes jovens.

2. Revisão teórico-empírica

Este trabalho tem como base teórica de fundamentação a violência contra criança e adolescentes com foco na exploração sexual e as políticas públicas dando ênfase à Assistência Social.

2.1 Violência contra criança e o adolescente

A violência refere-se a uma situação ou comportamento agressivo intencional que venha causar danos a outra pessoa, seja físico, moral ou psicológico.

“A violência contemporânea assumiu características múltiplas e tradução polifônica, visto que ela pode ser praticada por diversos autores, como Estado, instituições, grupos sociais e religiosos, organizações públicas e privadas, sistemas de comunicação e econômico e, é claro, indivíduos” (COSTA, 2006 p.8).

Na atual conjuntura nos deparamos com várias cenas e noticiários da violência, seja ela urbana, contra mulher, crianças e adolescentes, jovens, idosos.

A definição da violência segundo a Organização Mundial da Saúde:

“Uso intencional de força física ou do poder (real ou em ameaça), contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002 p. 1).

O foco do trabalho é a violência contra criança e adolescente, ou seja, toda violação de direitos previstos no Estatuto das Crianças e dos Adolescentes. Esta violência é uma das mais preocupantes que vem mobilizando todos os setores públicos em com ações de formulação de políticas básicas e de atendimento. A violência contra crianças e adolescentes ocorre de formas múltiplas e diferenciadas exigindo uma habilidade específica de atendimento.

Um dos fatores que contribui para o fenômeno da violência contra criança e adolescente é a questão social fragilizada, seja ela relacionada a pobreza, a organização familiar e a desigualdade social. A violência ocorre na maioria das vezes no âmbito familiar e doméstico.

2.2 Tipos de Violência contra criança e o adolescente

Diante dos estudos no Caderno de Textos do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileira de Curitiba/PR (2009-2011), verificamos que a violência se manifesta de diversas formas como: negligência: omissão no provimento de bens materiais e também psicológicas no desenvolvimento da criança e do adolescente; violência física: quando ocorre comportamento agressivo como maus tratos e o espancamento; violência psicológica: quando ocorrem ameaças verbais e humilhações; violência sexual: quando ocorre o abuso sexual, exploração sexual comercial, turismo sexual, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a pornografia infantil; violência doméstica: quando ocorre no ambiente familiar, muitas vezes cometidas pelo pai, padrasto, mãe e demais parentes; violência institucional: ocorre nas instituições, um exemplo as unidades de acolhimento; violência estrutural: quando ocorre a desigualdade social e a pobreza.

Para efeitos de estudo vamos apresentar a Violência Sexual contra criança e adolescentes que pode ocorrer tanto no ambiente intrafamiliar com o envolvimento

de pessoas da família entre vítima e agressor e como no extrafamiliar quando não há relação familiar entre a vítima e o agressor, conforme estudos no Caderno de Textos do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileira de Curitiba/PR (2009-2011): abuso sexual: é quando um adulto ou adolescente utiliza-se do corpo de uma criança ou adolescente para sua satisfação sexual, sem o consentimento da vítima e muitas vezes coagindo fisicamente e psicologicamente a vítima, exploração sexual comercial é vista diante de quatro modalidades como prostituição infantil, pornografia, turismo e tráfico sexual. A criança menor de 12 anos e o adolescente com menos de 18 anos não tem o discernimento de optar pela prostituição e sim são induzidos por um adulto sendo este um crime. Na exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre a mercantilização do sexo, ou seja, onde a relação sexual é realizada em troca de dinheiro ou da mercadoria onde ocorre a violação de direitos. Pornografia Infantil refere-se a produção de vídeos, exposição de fotos na internet de crianças e adolescentes constituindo a exploração sexual. Os exploradores neste caso são chamados de pedófilos. Turismo Sexual refere-se à exploração sexual de crianças e adolescentes pelos turistas do próprio país ou estrangeiros envolvendo agências de viagens, hotéis, bares, praias, taxistas, caminhoneiros, etc. Tráfico de Pessoas para fins sexuais refere-se a promoção ou o agenciamento de crianças e adolescentes para serem transportadas ilegalmente a outro país com o objetivo da exploração sexual.

2.3 Políticas Públicas

Segundo Rúa (2009), a política é representada através do Estado fazendo valer o direito e o dever de todo cidadão. É através da política que se criam regras e se constrói conceitos para que haja consenso entre os conflitos administrando assim o conflito através da passividade e não da coerção e violência.

De acordo com Rua (2009), o termo política pública (policy) refere-se a uma organização e a um conjunto de normas estabelecidas para uma determinada sociedade visando a relação do poder e influenciando no comportamento humano para se ter uma solução pacífica em situações de conflitos e na decisão pública. A política refere-se também a formulação e implementação de propostas públicas para a coletividade e a seleção de estratégias para a tomada de decisão. Já a atividade política (politics), segundo RUA (2009), é a atividade do governo em realizar a política pública de interesse do coletivo através da política.

Conforme Rua (2009), o modelo elitista é baseado na elite dos governantes e da preferência à minoria, ou seja, a política pública não é vista como prioridade para os governantes. Os governantes cumprem as decisões de acordo com a necessidade de quem está no poder e da elite e não em relação à demanda da massa. Então neste modelo observa-se que para a análise política as demandas provêm da elite e dão da emergência ou necessidade da massa. Neste caso as mudanças na política são raras, pois existe a cultura conservadora da elite em não mudar deixando tudo como está, contudo a sobrevivência deste modelo de política depende dos interesses e consenso da elite.

Já o modelo de política racional, segundo Rua (2009), tem o alcance final das metas com eficiência. Esta idéia de eficiência envolve o resultado dos valores sociais, políticos e econômicos adquiridos com a política pública. Dentro deste modelo de política racional requer conhecimentos e informações sobre as alternativas e estratégias para calcular a relação custo/benefício das ações. Portanto este modelo assume um papel prescritivo já que existe um planejamento e um resultado ótimo e também é descritivo já que as decisões têm a tendência de ser empírica. Este modelo apresenta algumas limitações como a de sua pouca capacidade no sentido de explicar a autonomia entre os indivíduos dentro das organizações e a outra é a de não considerar uma ampla política ou a possibilidade de que o resultado final depende de inúmeros fatores sociais, econômicos, políticos e não somente a tomada de decisão dos governantes.

Segundo Rua (2009), as fases do ciclo da política não podem ser compreendidas num processo linear e sim num processo contraditório, pois o ponto de partida das fases não está definido e as atividades delas podem ser diferentes ou superpostas em determinados momentos.

As fases do ciclo da política se dividem em seis fases segundo Rua (2009): a primeira refere-se formação da agenda onde situação problema é reconhecida e através da agenda é possível o encontro entre as autoridades e governantes para a discussão e avaliação de estratégias. A segunda fase é a formação de alternativa e tomada de decisão que ocorre quando após a discussão na primeira fase da agenda as autoridades começam a estabelecer estratégias para a resolução do problema. E após esta discussão e consenso da solução os governantes chegam à tomada de decisão sobre uma determinada situação. A terceira fase refere-se à tomada de decisão, mas não necessariamente que a decisão final da política pública esteja concluída, mas a decisão está sendo formulada. A quarta fase diz respeito a implementação, todas as ações discutidas nas primeiras fases serão implementada, ou seja, terão a intervenção da realidade. Junto desta fase existe a parte do monitoramento facilitando a implementação da política em questão. A quinta fase é a avaliação, ou seja, a fase de avaliar o resultado e o impacto de uma determinada política. Esta avaliação pode auxiliar o gestor nos ajustes e recortes na execução da política.

De acordo com Rua (2009), as redes são uma nova modalidade de participação nas políticas públicas que envolvem diferentes atores, organizações, instituições a partir de um interesse comum entre as partes. A característica principal das redes políticas são a horizontalidade e a interdependência entre os diversos segmentos de ação. Um ponto positivo das redes na gestão da política social, pois facilita o processo de administração uma vez que o recurso financeiro é escasso, atores diversos envolvidos e há a participação do cidadão. As redes também proporcionam a descentralização da política buscando uma nova forma de gestão e eficácia na execução das políticas públicas. Já o elemento negativo das redes é a perda da coesão que

existe num sistema centralizado. Outro ponto negativo é a apresentação do esgotamento da capacidade de interação e integração entre as instituições.

Rua (2009), diz que a implementação de uma política faz parte do processo total desde a formulação, planejamento e execução de uma determinada ação. A implementação é de fato o alcance de um objetivo de uma política após sua execução, ou seja, a política sair do papel e efetivamente funcionar. No processo de implementação temos que verificar e avaliar os diversos aspectos administrativos que estão envolvidos tais como: recursos financeiros, recursos humanos, recursos legais, instâncias governamentais, etc.

De acordo com Peters (1986), a política pública compreende o somatório de ações e atividades dos governos que atingem diretamente os cidadãos.

Já Dye (1984), define a política pública com as ações onde o governo tem a decisão de fazer ou não fazer ações de utilidade pública.

Segundo Lopes, Amaral e Caldas (2008), a política pública sofreu diversas transformações, pois nos séculos XVIII e XIX o seu principal objetivo era a segurança pública e na atual conjuntura seu principal objetivo é o bem estar da sociedade desenvolvendo ações em vários setores como assistência social, saúde, educação meio ambiente, uma vez que ocorreu a expansão da democracia. As políticas públicas se definem como ações, metas e planos de governos seja elas nacionais, estaduais ou municipais para que atinjam o bem-estar social e o interesse do cidadão. No processo de discussão, formulação e execução das políticas encontram-se dois tipos de atores: os estatais (governo ou estado) e os privados (sociedade civil).

2.4 Política Pública de Assistência Social

A política da assistência social é um exemplo de política pública sendo a base do nosso trabalho. De acordo com o artigo primeiro da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social:

“a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (LOAS, 1993, p.1).

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova leitura no âmbito da Assistência Social brasileira. A política está incluída na Seguridade Social e regulamentada pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social promulgada através da lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Esta lei legitima a política pública de assistência social garantindo a universalização, proteção social e acesso aos direitos sociais do cidadão sendo uma responsabilidade do Estado.

No ano de 2004 tivemos mais um avanço no campo das políticas públicas, sendo aprovado o Plano Nacional de Assistência Social – PNAS com a regulação e operacionalização dos serviços sociassistenciais através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Em 2011 o SUAS foi legitimado através da Lei nº 12.435.

A política pública da Assistência Social em Curitiba é administrada pela Fundação de Ação Social (FAS) que é o órgão público responsável pela gestão da assistência social no município, atuando de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município.

Todos os esforços da FAS visam à consolidação da assistência social no município, conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A expansão e aprimoramento dos serviços acontecem de forma descentralizada, organizada nos 09 núcleos regionais. A política da Assistência Social atende prioritariamente aos cidadãos, grupos e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, os serviços são organizados em dois níveis de

proteção social: básica e especial, tendo o território como espaço de expressão da cidadania e reconquista dos direitos sociais.

A proteção básica refere-se à prevenção de situações de risco e oferta de serviços que visam à socialização e a convivência familiar e ou comunitária. A proteção social especial se caracteriza pela atenção integral e está voltada às famílias e indivíduos com direitos violados e laços familiares ou comunitários rompidos ou fragilizados. Os serviços estão disponíveis nas modalidades de média e alta complexidade. A ação socioassistencial inclui capacitação profissional e desenvolvimento de empreendedores, com cursos em diversas áreas e oficinas de integração.

3. Metodologia

O trabalho será desenvolvido com base numa pesquisa exploratória, ou seja, busca-se a constatação de que o projeto ViraVida está contribuindo no processo de mudança dos jovens inseridos e também no cenário da exploração sexual de crianças e adolescentes para que o mesmo seja reconhecido como política pública. A metodologia do desenvolvimento do trabalho será realizada em dois grupos:

Grupo 1 – Aplicação de questionário fechado por amostragem aos trabalhadores inseridos na política pública de assistência social e rede de proteção do município de Curitiba com objetivo de avaliar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítima de violência sexual e avaliar a execução das atividades do projeto ViraVida.

Grupo 2 – Aplicação de questionário fechado por amostragem aos jovens inseridos no projeto ViraVida como o objetivo de avaliar a execução das atividades e identificar as mudanças no processo de vida dos mesmos.

Após a aplicação dos questionários para os dois grupos será realizado a tabulação e análise dos dados com apresentação dos resultados.

4. A Organização

De acordo com o site do Conselho Nacional do Sesi, o Conselho Nacional é um órgão normativo e fiscalizador do Sesi criado há 65 anos. Seu objetivo é estabelecer metas, definir programas, aprovar o orçamento do Departamento Nacional e Departamentos Regionais da instituição e também acompanhar sua execução. A atuação do Conselho é numa perspectiva da responsabilidade social sendo que os programas ViraVida, Cozinha Brasil e a Campanha Carinho de Verdade contribuem a sustentabilidade, o desenvolvimento socioeconômico, a inclusão e a consciência social do país. Sua missão é “promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial”. A visão do Sesi é “ser o líder nacional na promoção da melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes e da gestão socialmente responsável da empresa industrial”.

O Projeto ViraVida é uma iniciativa do Conselho Nacional do Sesi, porém em cada Estado o projeto é coordenado pelas Federações das Indústrias e no caso do Paraná é a Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP seguindo as diretrizes do Conselho Nacional do Sesi.

Segundo o site do Sistema FIEP, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná é uma entidade que representa a indústria do Estado e que foi criada no ano de 1944. A FIEP atua juntamente com o Sesi, SENAI e IEL formando o Sistema FIEP como o apoio de produtos e serviços às indústrias contribuindo para o seu desenvolvimento. A missão da FIEP é “promover a excelência da indústria paranaense para melhorar a qualidade de vida das pessoas”, e a visão da FIEP é

“ser reconhecida como entidade empresarial ativa e agente de transformação a favor do desenvolvimento sustentável do Paraná”.

4.1 Descrição geral

O projeto ViraVida é coordenado pelo sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná / SESI – Serviço Social da Indústria, porém na execução contamos com a parceria do Sistema S (SENAI, SENAC, SEST/SENAT, SESC, SEBRAE e SESCOOP).

O projeto ViraVida consiste em uma iniciativa do Serviço Social da Indústria - SESI e que tem por objetivo proporcionar atendimento integral para jovens que estejam em situação de violação de direitos. Este atendimento integral consiste na inserção dos jovens em curso de qualificação profissional, no retorno à educação básica e em um acompanhamento psicossocial, realizado pela equipe de coordenação estratégica, coordenação operacional, psicóloga, assistente social, pedagogo e técnica de empregabilidade. Os jovens são encaminhados ao Projeto ViraVida pelas instituições de atendimento do município de Curitiba e região Metropolitana.

O projeto tem suas instalações próprias com sala de aula, biblioteca, refeitório, sala técnica, sala de professores, etc localizado na região da Cidade Industrial do município de Curitiba. O orçamento anual do projeto é de R\$ 5.100.00,00 sendo que cada aluno tem um custo mensal de R\$ 2.500,00.

O projeto teve origem a partir de uma indignação pessoal do presidente do Conselho Nacional do SESI, Jair Meneguelli quando passeava na praia do Futuro em Fortaleza – CE e observou cenas de exploração sexual de crianças e adolescentes e a partir deste fato buscou parcerias com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos para integrar e mobilizar esforços para reversão do fenômeno social citado, nascendo assim o ViraVida.

O ViraVida é um projeto nacional e hoje está presente em dezesseis capitais brasileiras (Fortaleza, Recife, Natal, Belém, Teresina, Brasília, Salvador, João

Pessoa, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Velho, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, São Paulo, e São Luís) e em cinco cidades do interior (Campina Grande - PB, Contagem – MG e Montes Claros – MG, Foz do Iguaçu - PR e Londrina - PR).

4.2 Diagnóstico da situação-problema

De acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (2013), a Constituição Federal foi determinante para a mudança de paradigmas em relação aos direitos das crianças e adolescentes constituindo os princípios da “proteção integral” e “prioridade absoluta”. No que tange a violência sexual é tratado no parágrafo 4º do artigo 227 da Constituição Federal “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”, atribuindo a importância ao enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (2013), evidencia a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente no de 1990 com a visão que toda criança e adolescente são “sujeitos de direitos” com um pensamento diversificado de atendimento integral a este público. O Brasil foi o primeiro país a promulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente em consonância com a Convenção sobre os direitos das crianças de 1989. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado um sistema de garantia de direitos com a implementação de um sistema de justiça específico, juzizados especiais para a infância, delegacias especializadas, sendo que esta criação foi muito importante para que a violência sexual pudesse ser vista.

No cenário internacional, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescente (2013), descreve que em vários países já se organizavam para a criação de planos de enfrentamento a violência sexual com o foco para a Exploração Sexual, com base na “Declaração e Agenda para a Ação”, aprovada no I Congresso Mundial contra Exploração Sexual de Crianças e

Adolescentes. O Brasil avançou na primeira década dos anos 2000 no enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes com a criação do Conselho Nacional das Crianças e Adolescente – Conanda e as políticas nacionais temáticas surgindo então o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (2013). Com a implantação do plano o país se depara com inúmeros avanços nesta área e o reconhecimento ao enfrentamento desta área com referência às organizações não governamentais no monitoramento e mobilização social das políticas públicas e serviços de atendimento e ações das esferas estatais.

De acordo com o referido plano, o governo brasileiro no ano de 2003, por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, assume o compromisso de priorizar ações de erradicação da exploração sexual e a implementação de ações articuladas nesta área. Diante de um cenário de mobilizações e articulações o âmbito legislativo também teve suas mudanças e impacto na tipificação de todas as formas da violência sexual. Ocorreu também através das comissões campanhas de sensibilização como no Carnaval e o dia 18 de Maio dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual, adesão de um grande número organizações governamentais e não governamentais no enfrentamento à violência, orientações sobre a venda, prostituição infantil e a utilização de crianças na pornografia, adoção da experiência do Código de Conduta da exploração sexual em diferentes segmentos (transporte, turismo), a criação do disque 100 que é um serviço nacional do disque denúncia gratuito, a realização do III Congresso Mundial de Exploração Sexual de Criança e do Adolescente, conquistas dos planos temáticos como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária em 2006, e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2008.

Segundo o caderno de textos, o PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR (2009-2011), foi criado por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos representando o compromisso do Estado Brasileiro na prevenção e enfrentamento a exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes sendo uma metodologia de integração e fortalecimento dos todos os setores públicos e instituições de atendimento a crianças e adolescentes do município para a criação

de uma rede integrada e articulada para identificação e atendimento a vítimas desta violência comprometendo assim a responsabilidade da gestão pública.

Em consonância com o caderno de textos do PAIR e também com o Sistema único de Assistência Social – SUAS, instituído pela Política Nacional de Assistência Social em 2004, apresenta um modelo de gestão que tem como objetivo a ampliação e promoção ao acesso e cobertura das demandas e necessidades sociais de responsabilidade da política da assistência social, sendo organizado os serviços entre proteção social básica e especial.

Para efeitos deste trabalho vamos nos focar na proteção especial, uma vez que a proteção básica tem como objetivo o atendimento na perspectiva de prevenção da situação de violação de direitos ou de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários através dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, em Curitiba temos o atendimento de 46 CRAS divididos entre as 9 regionais de atendimento, conforme informação da Fundação de Assistência Social – FAS de Curitiba. A proteção especial atende o público por meio do Centros de Referências Especializados de Assistência Social – CREAS que são responsáveis pelo acompanhamento do indivíduo e da família a fim favorecer a reparação do direito violado e da situação da violência sofrida através de uma equipe técnica multiprofissional. Os CREAS protegem as vítimas de violência e agressões seja ela contra criança e adolescente, idoso e a mulher. É neste órgão conforme os serviços tipificados de assistência que as crianças e adolescentes de violência sexual são atendidos. Em Curitiba até o ano de 2012 havia um CREAS temático para o atendimento específico das vítimas de violência sexual. E a partir de 2013 este atendimento passou a ser atendido pelas equipes de todas as regionais totalizando 9 CREAS e 9 Conselho Tutelares.

Além dos atendimentos específicos nos CREAS o trabalho da política da assistência social é realizado numa perspectiva do trabalho através das redes de proteção. Conforme o caderno de textos do PAIR, a rede de proteção pode ser definida como uma articulação de indivíduos, profissionais e organizações com objetivo de compartilhar causas e informações sobre as famílias atendidas em todos os setores do município, seja ela da assistência, saúde, educação, trabalho, etc cada um com sua responsabilidade no seu atendimento.

A Norma Operacional Básica – NOB SUAS/2005 descreve a Rede Socioassistencial como sendo:

“um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade” (NOB/SUAS, 2005, p. 1).

No ano de 2000 ocorreu no município de Curitiba a implantação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente visto a realidade da violência seja intrafamiliar, doméstica ou a extrafamiliar, conforme o caderno de Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para Violência pactuado no ano de 2008. O objetivo da Rede de Proteção em Curitiba é “contribuir, de forma integrada, para a redução da violência contra criança e adolescente em Curitiba, principalmente no que se refere à violência doméstica/intrafamiliar e sexual (Manual da Rede de Proteção, 2002).

Conforme o caderno de textos, as atividades do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no município de Curitiba tiveram seu início no ano de 2009, conforme eixos de atuação do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Já no ano de 2011 foi realizado com a rede de proteção o Plano Operativo Local realizando um diagnóstico da questão da exploração sexual no município contendo seis eixos: análise da situação, atendimento, defesa e responsabilização, prevenção, protagonismo e mobilização e articulação.

Com base na leitura do Paraná, no município de Curitiba foram notificados através da denúncia do disque 100, 122 casos de violência contra crianças e adolescentes, sendo ressaltado pela presidente da Fundação de Assistência Social – FAS a dificuldade da identificação dos casos de exploração sexual. Em relação à violência sexual de crianças e adolescente no ano de 2013 já ocorreram 344 notificações de acordo com o Banco de Dados do Centro Epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.

5. Proposta

A proposta deste trabalho é apresentar os dados coletados e análises da pesquisa ao Sistema FIEP- PR e coordenações do SESI para que em seguida possamos apresentar o trabalho ao Conselho Nacional do SESI, coordenador geral do Projeto ViraVida. Em seguida após avaliação e autorização do Conselho Nacional começaremos articulação com o governo do Paraná para o encaminhamento da proposta do projeto de lei para que o Projeto ViraVida torne-se uma política pública através de Decreto Oficial do Governo. Por este Decreto, o projeto poderá ser responsável pela articulação de políticas públicas para oferta de atendimento especializado e qualificação profissional aliada à educação básica e profissionalizante. O objetivo é que os jovens tenham acesso ao mercado de trabalho, a promoção dos seus direitos e deveres através da participação cidadã por meio da inclusão social de adolescente vítimas de violência sexual.

5.1 Desenvolvimento da proposta

Pretende-se com este trabalho a realização do processo de reflexão sobre a política pública em questão da gestão municipal e também de todos os trabalhadores que integram a rede de proteção da criança e do adolescente numa perspectiva do trabalho integrado e efetivo para o atendimento a vítima de violência sexual cada órgão com suas competências: assistência social, sistema de garantia de direitos, segurança pública, saúde, educação, etc).

Esta proposta visa a superação das dificuldades diagnosticadas na pesquisa para que possamos operacionalizar com eficiência a política de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes de Curitiba.

5.2 Plano de implantação

As etapas para a implantação da proposta para que o projeto ViraVida seja reconhecido através de Decreto como política pública seguirá as seguintes fases: apresentação e avaliação da proposta pelo Sistema FIEP, apresentação e avaliação do Conselho Nacional do SESI, encaminhamento da proposta ao Governo do Estado do Paraná para avaliação e aprovação do Decreto e por final a articulação com o município sobre o a gestão e atendimento do Projeto ViraVida.

5.3 Recursos

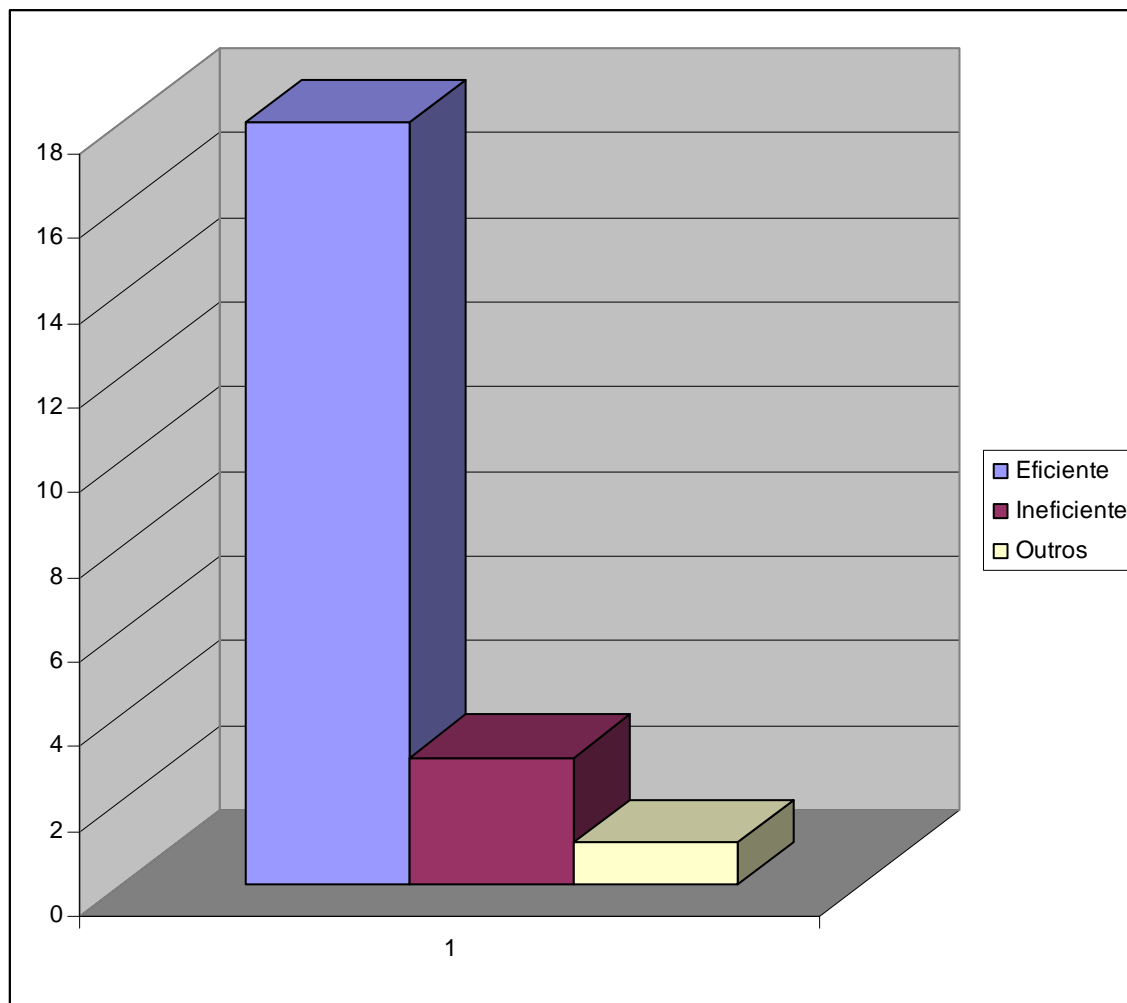
Os recursos necessários para a implantação da proposta são: recursos humanos (coordenação estratégica, coordenação operacional, assistente social, psicólogo, pedagogo, técnica de empregabilidade, administrativo e estagiário), recursos financeiro: conforme o provimento do projeto operativo local realizado anualmente, recursos de instalações: será utilizado o espaço próprio do projeto ViraVida localizado na Cidade Industrial de Curitiba.

5.4 Resultados esperados

Apresentaremos neste item o resultado e análise dos dados quantitativos coletados através da aplicação de questionários fechados a dois grupos: jovens inseridos no projeto ViraVida e trabalhadores de instituições que atuam na política de assistência social e da rede de proteção a crianças e adolescentes do município de Curitiba. Os modelos dos questionários aplicados estão nos apêndices. Estes dados contribuirão para que tenhamos sucesso no desenvolvimento e aceitação da proposta em questão.

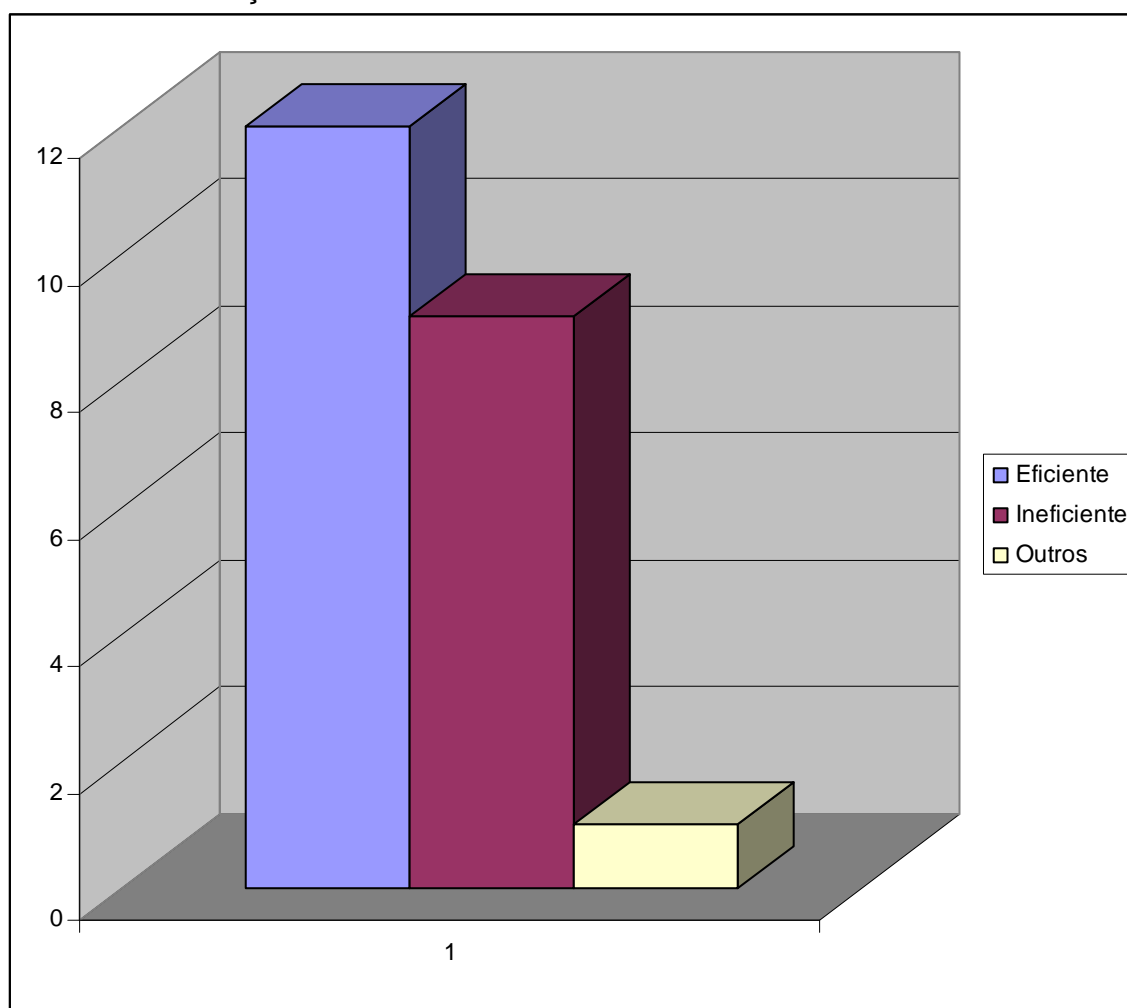
Apresentação do resultado Grupo 1 – jovens inseridos no Projeto ViraVida. Neste grupo foram aplicados 22 questionários.

Gráfico 1 - Avaliação das Políticas Públicas de Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de Curitiba.



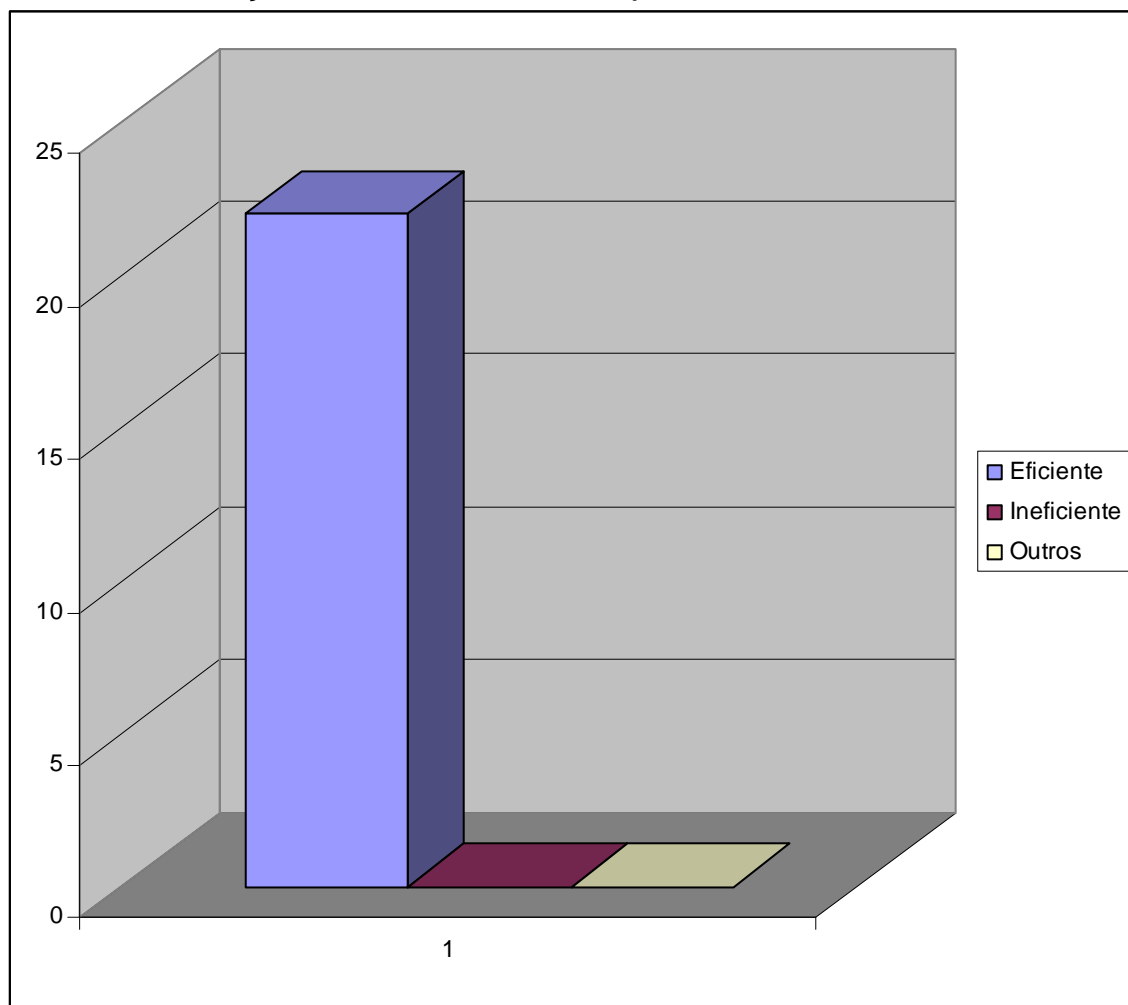
Verifica-se no gráfico 1 o resultado da pesquisa sobre a avaliação do atendimento público da assistência social nos casos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. 81% dos jovens acreditam que o atendimento é eficiente, porém 14% avaliam como ineficiente. Nestes casos pode-se observar que as justificativas para a ineficiência são: “as leis não são cumpridas”, “os jovens e as crianças não se sentem a vontade de falar sobre o assunto da violência”, “falta fiscalização para o cumprimento das leis”. 5% dos jovens acreditam que “ainda tem muita coisa para mudar, mas nunca é feita”, e que “há muita desigualdade entre as classes sociais, dando preferência às classes mais alta”.

Gráfico 2 - Avaliação do Trabalho Articulado numa Gestão de Redes.



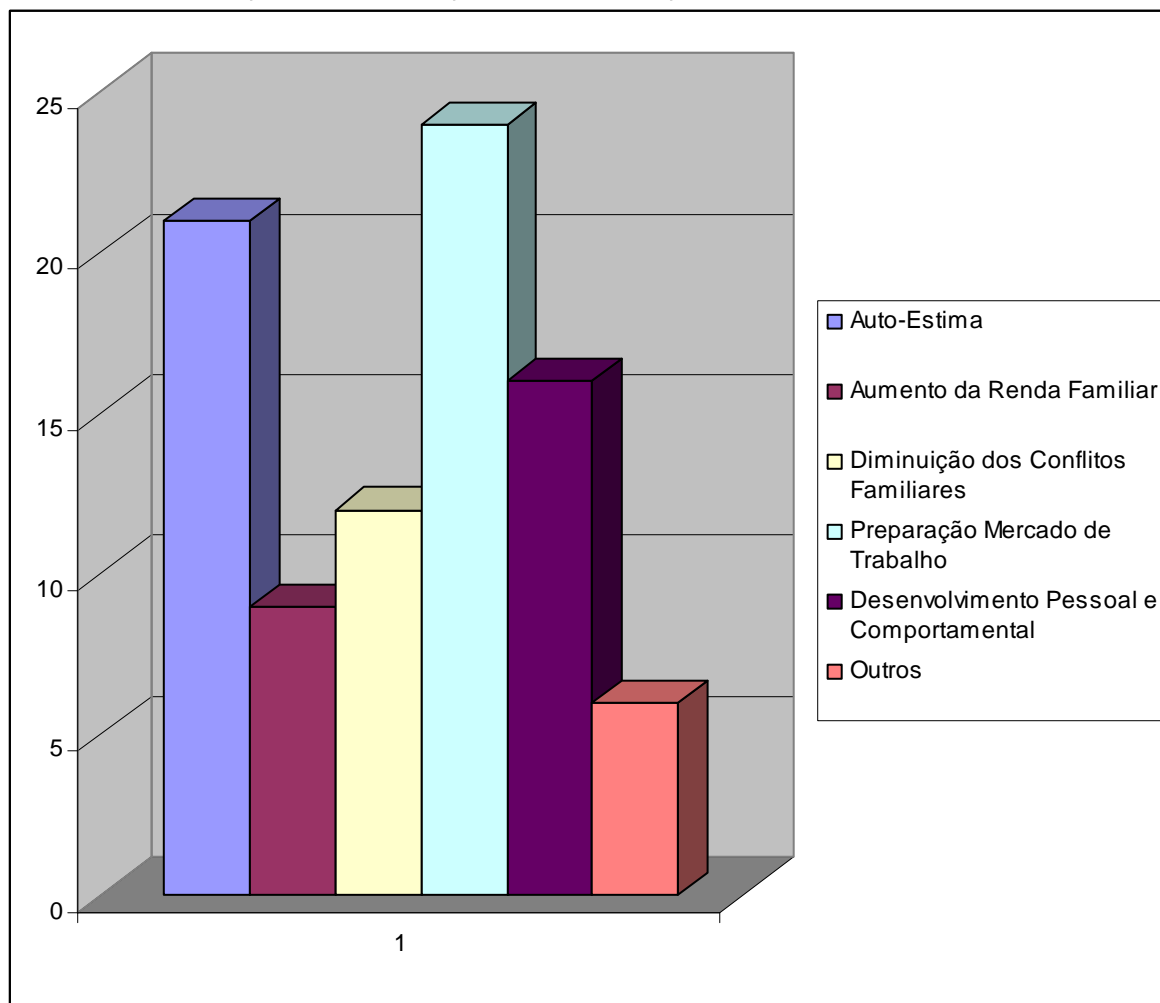
Já no gráfico 2 constatou-se o resultado da avaliação do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual num trabalho articulado na gestão redes (assistência social, educação, saúde, segurança pública, sistema de garantia de direitos). Dos jovens participantes, 54% avaliam que o atendimento é eficiente, porém 41% acreditam que o atendimento é ineficiente. Nestes casos pode-se observar as justificativas: “mais ou menos”, “ainda há muito descaso político com a falta de gestão de redes existindo a falta de qualidade no atendimento”, “o poder público não está tão preparado e ainda tem pessoas que não deveriam estar no poder”, “o SUS não dá o atendimento necessário”, “deveria ter mais médicos e remédios de graça”, “a questão da segurança é pouco eficiente”, muita demora no atendimento e falta funcionário”, “precisa de mais investimentos”.

Gráfico 3 - Avaliação do Atendimento do Projeto ViraVida.



No gráfico 3 constatou-se a avaliação do atendimento realizado pelo projeto ViraVida onde 100% dos entrevistados avaliaram eficiente o atendimento. Pode-se observar algumas justificativas na avaliação: “recuperei a minha auto-estima”, “estão tirando os adolescentes das ruas”, “eu tenho a experiência ruim de ser vítima de estupro, o único atendimento que aumentou a minha auto-estima foi o projeto ViraVida, antes eu era depressiva”.

Gráfico 4 - Avaliação da mudança após a inserção no Projeto ViraVida.



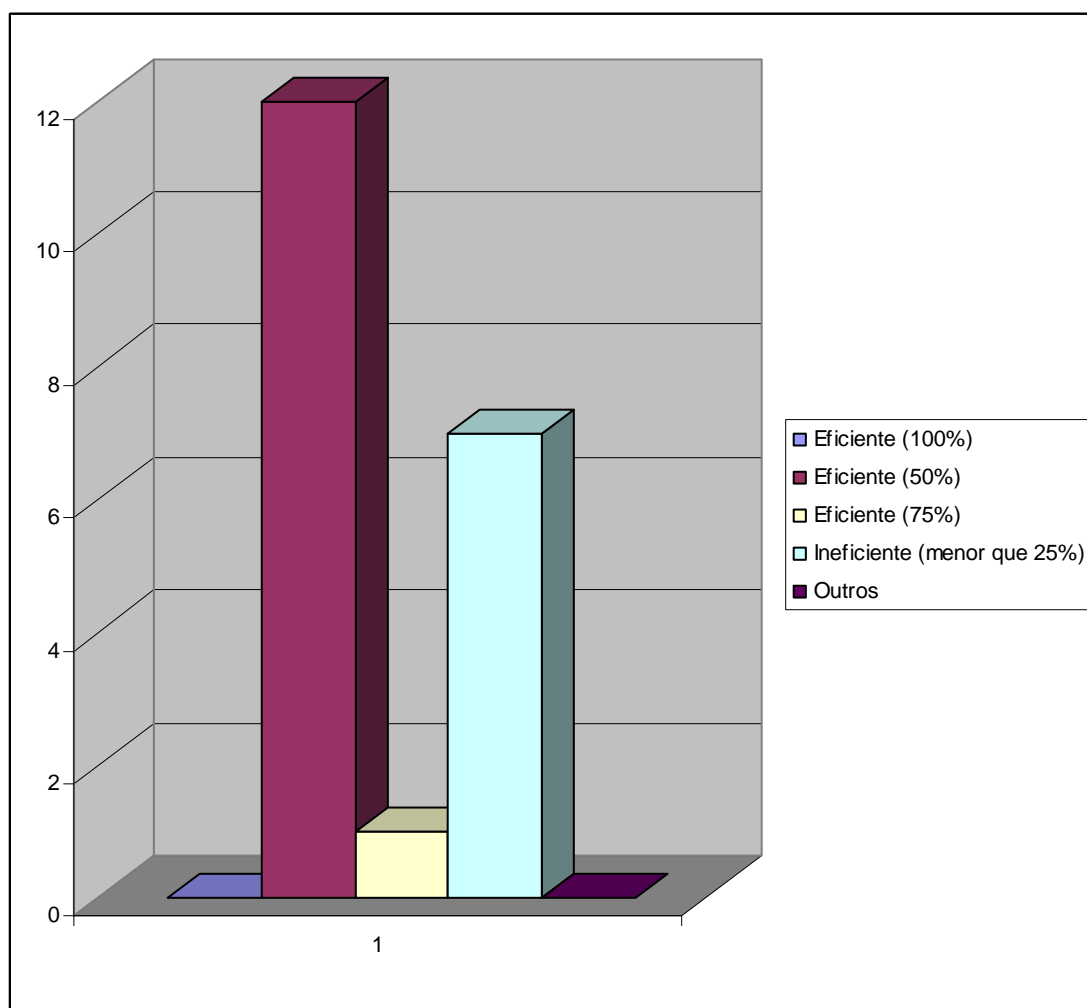
No gráfico 4 foi apresentado o resultado da avaliação dos indicadores de mudanças de vida no processo educacional do ViraVida sendo avaliado 6 indicadores conforme gráfico acima. Observamos que alguns jovens optaram por outra resposta identificando outros indicadores de mudanças como: “união e aprendizagem, respeito as diferenças e fazer a diferença nos pequenos gestos”, “hoje sou um homem trabalhador”, “união e responsabilidade, “união e parceria”, equilíbrio no comportamento”, “sentimento de pertencimento a sociedade”

Em relação ao gráfico 1 e o gráfico 2 foi analisado que a maioria dos jovens acredita que a política de atendimento a criança e adolescente vítima de violência sexual é eficiente, visto que a maioria deles tiveram em algum momento de sua vida o direito violado, porém entre os jovens não há um entendimento efetivo sobre a

organização e funcionamento da política pública, muitas vezes o que existe é uma relação paternalista entre a política pública e a população. Já o gráfico 3 e o gráfico 4 foi analisado que o objetivo do ViraVida está sendo concretizada através das mudanças e atendimento elencadas na pesquisa. Conclui-se que os dados apresentados servirão de indicadores quantitativos e qualitativos para que o processo de implantação do ViraVida como política pública seja efetivada.

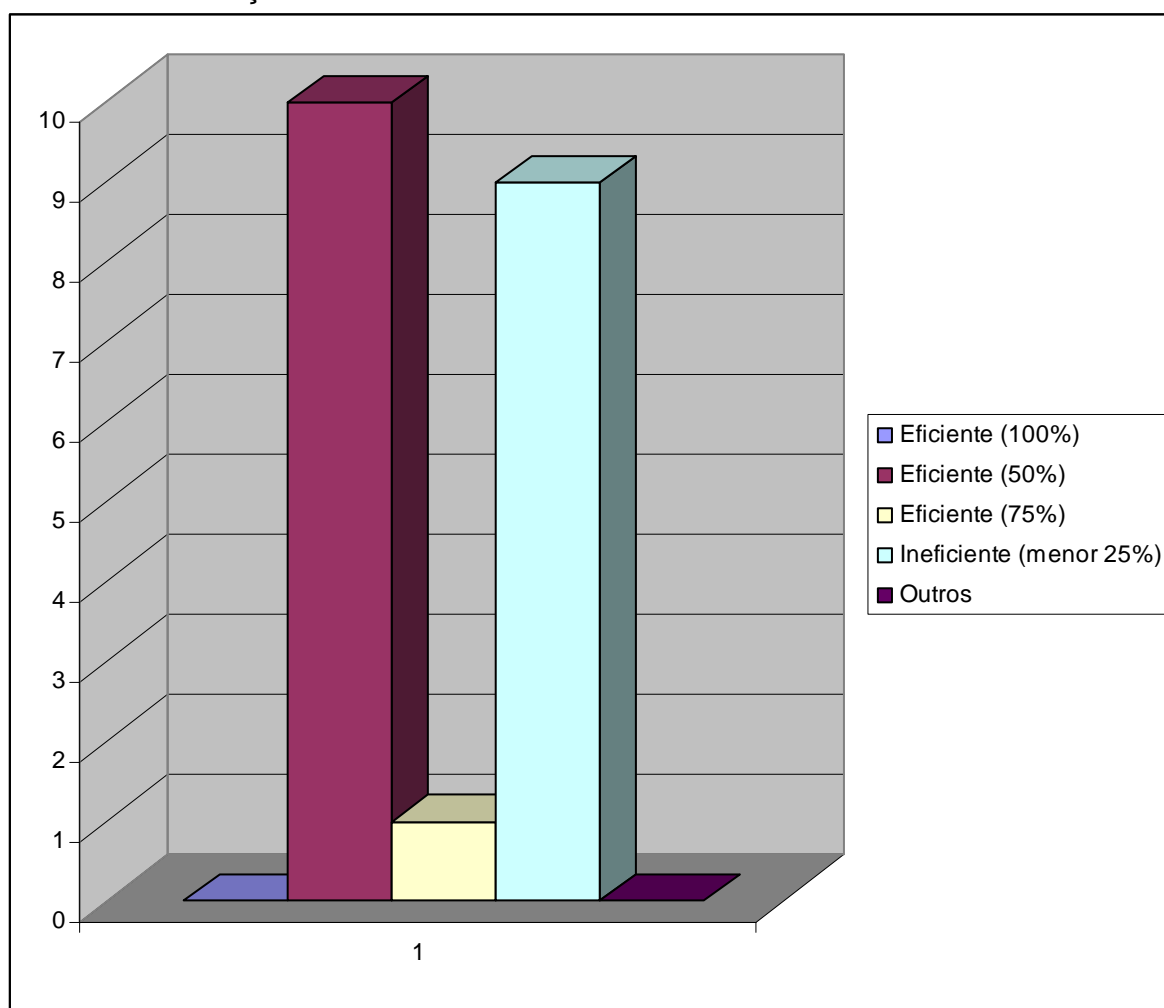
Apresentação do resultado Grupo 2 – trabalhadores da política da assistência social e rede de proteção da criança e do adolescente de Curitiba. Neste grupo foram aplicados 20 questionários.

Gráfico 5 - Avaliação das Políticas Públicas de Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de Curitiba.



No gráfico 5 constataram-se os dados relacionados à eficiência da política pública de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual sendo que 60% dos entrevistados acreditam que a eficiência é de 50%, 35% avaliam que a política é ineficiente (menor 25%) e 5% dos entrevistados acreditam que a política é eficiente 75%. Entre o percentual de ineficiente (menor 25%) observaram-se algumas justificativas: “falta de uma política pública que integre os diversos setores de atendimento”, “não atende a sociedade como deveria”, “muitos jovens não são encaminhados para os serviços corretos”, “há uma preocupação com estatísticas e não com a realização efetiva de um atendimento eficaz, as políticas existem não funcionam”. “Faltam políticas complementares, na verdade só funcionam no papel, na prática os casos não são resolvidos de forma integral, acaba parando em algum lugar, como se não fossem graves e urgentes. Isso acaba nos frustrando enquanto profissionais da área da assistência social e também como cidadão”. “O que faltam são políticas complementares mais eficientes, de saúde, de educação, de assistência social. As vítimas acabam se mantendo no mesmo contexto por falta de uma política de proteção após a identificação da violência”. “Os órgãos deveriam proteger essas crianças e adolescentes nem sequer reconhecem a existência da exploração/abuso sexual no município”. “Pouca prevenção, falta de pessoal especializado, equipe técnica reduzida, dificuldades da rede, falta de integração/comunicação dos órgãos responsáveis”.

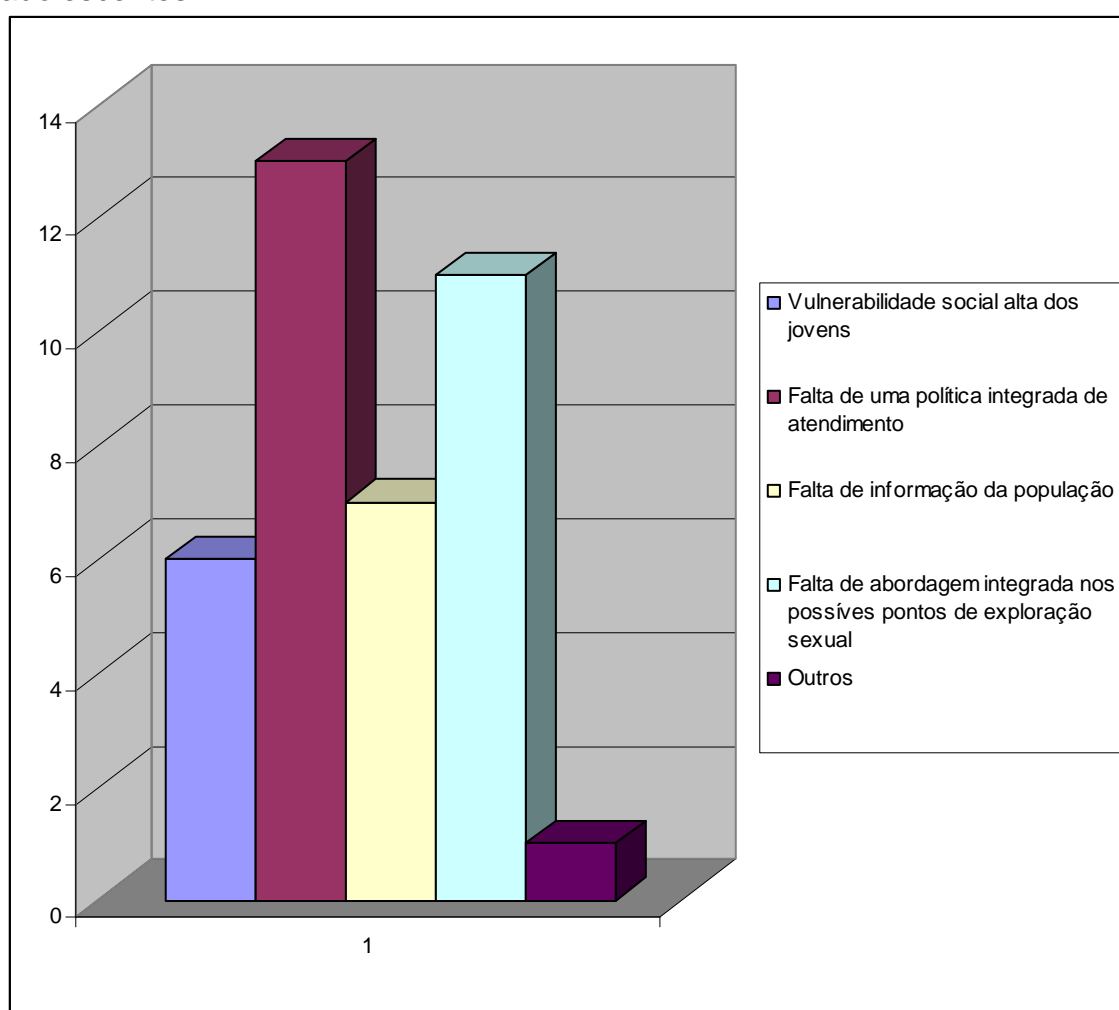
Gráfico 6 - Avaliação do Trabalho Articulado numa Gestão de Redes.



O gráfico 6 apresenta a avaliação do trabalho articulado numa gestão de rede (saúde, educação, assistência social, segurança pública, sistema de garantia de direitos) onde 50% dos entrevistados acreditam que este trabalho é eficiente, 45% avaliam que a política é ineficiente (menor 25%) e 5% respondem que o trabalho é eficiente (75%). Na resposta ineficiente (menor 25%) observaram-se as seguintes justificativas: “Embora tenha motivação, muitas vezes da equipe em relação ao trabalho com todos os problemas estruturais, há muita dificuldade em realizar um trabalho efetivo/eficiente, pois esbarramos em vários impeditivos que atrapalham o desenvolvimento, inclusive a própria motivação vai se perdendo, fazendo nos pensar erroneamente que não tem mais jeito, que sempre será assim, pois quando pensamos que estava ruim, sempre há uma notícia pior, um retrocesso em direitos já garantidos, da precarização das condições de trabalho dos servidores e falta de suporte para o desenvolvimento do trabalho que realmente faça a

diferença. “Devido a grande demanda a rede funciona muito mais na teoria do que na prática”. “Não vejo a integração na rede”. “A rede perfeita só existe no papel, não funciona como deveria, há u entrave em algum lugar, e as coisas acabam ficando por isso mesmo”. “Falta de dedicação exclusiva e capacitação dos profissionais envolvidos na rede”. “A comunicação não é eficiente entre os órgãos”. “Pois as redes não se comunicam com êxito”. “Falta integração entre os diversos setores da política pública”. “Muita burocracia e demora na hora de prestar atendimento à comunidade”.

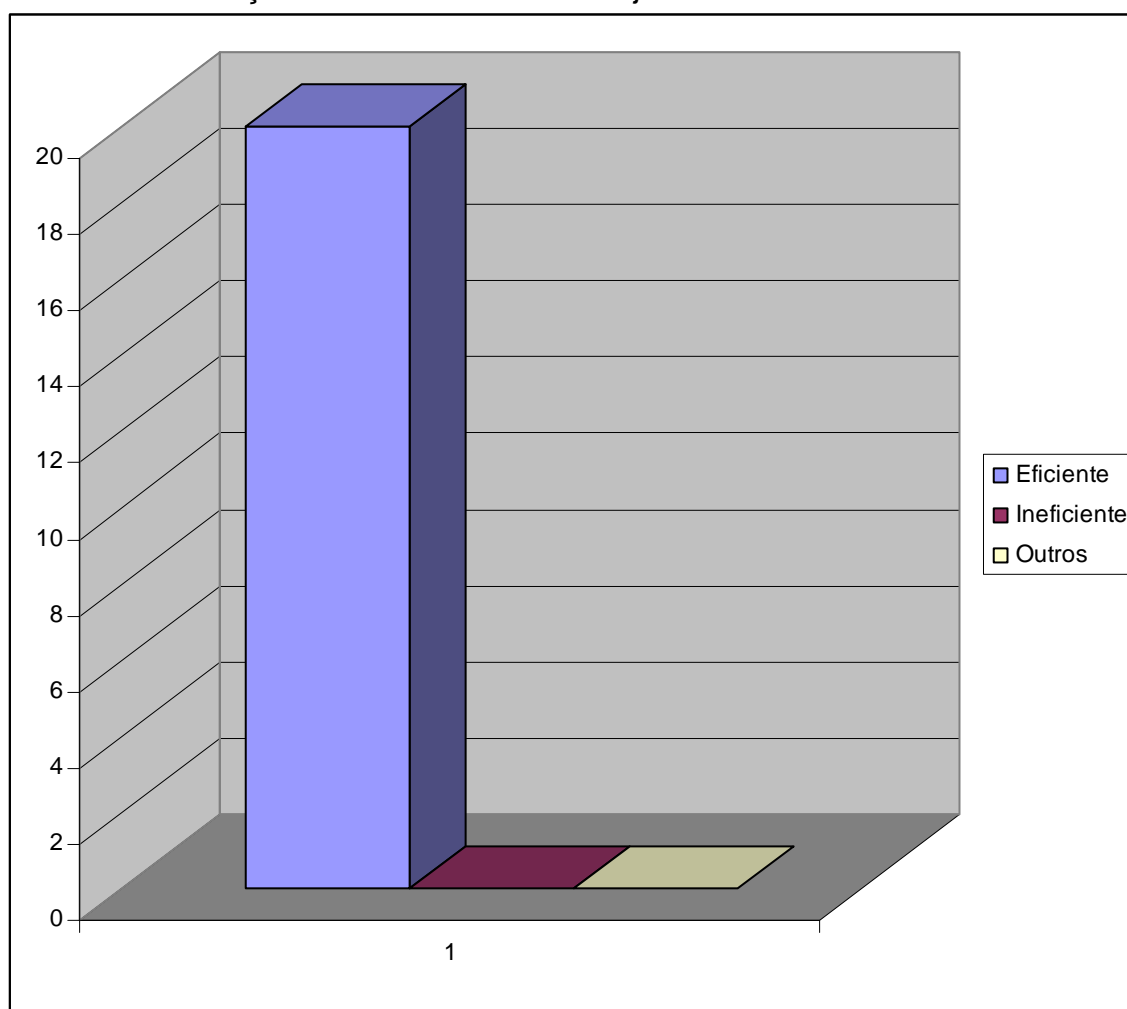
Gráfico 7 - Avaliação das dificuldades da denúncia - exploração sexual de crianças e adolescentes.



No gráfico 7 foi apresentada avaliação da dificuldade encontrada para que as denúncias de vítimas de exploração sexual de criança e adolescentes cheguem à rede pública. Dentre os entrevistados, 34% acreditam que esta dificuldade seja pela falta de uma política integrada de atendimento, 29% avaliam que falta uma

abordagem integrada nos possíveis pontos de exploração sexual, 18% acreditam que falta informação da população, 16% respondem que a vulnerabilidade social é alta entre os jovens e 3% respondem o indicador outros justificando que “há uma omissão dos próprios órgãos responsáveis e/ou pais, falta de recursos humanos, falta de percepção dos adolescentes enquanto vítimas e em situação de exploração, morosidade. Recusa do NUCRIA em fazer o boletim de ocorrência dependendo do caso, falta de equipe especializada na delegacia, falta de acolhida e escuta qualificada, revitimização da criança e do adolescente”.

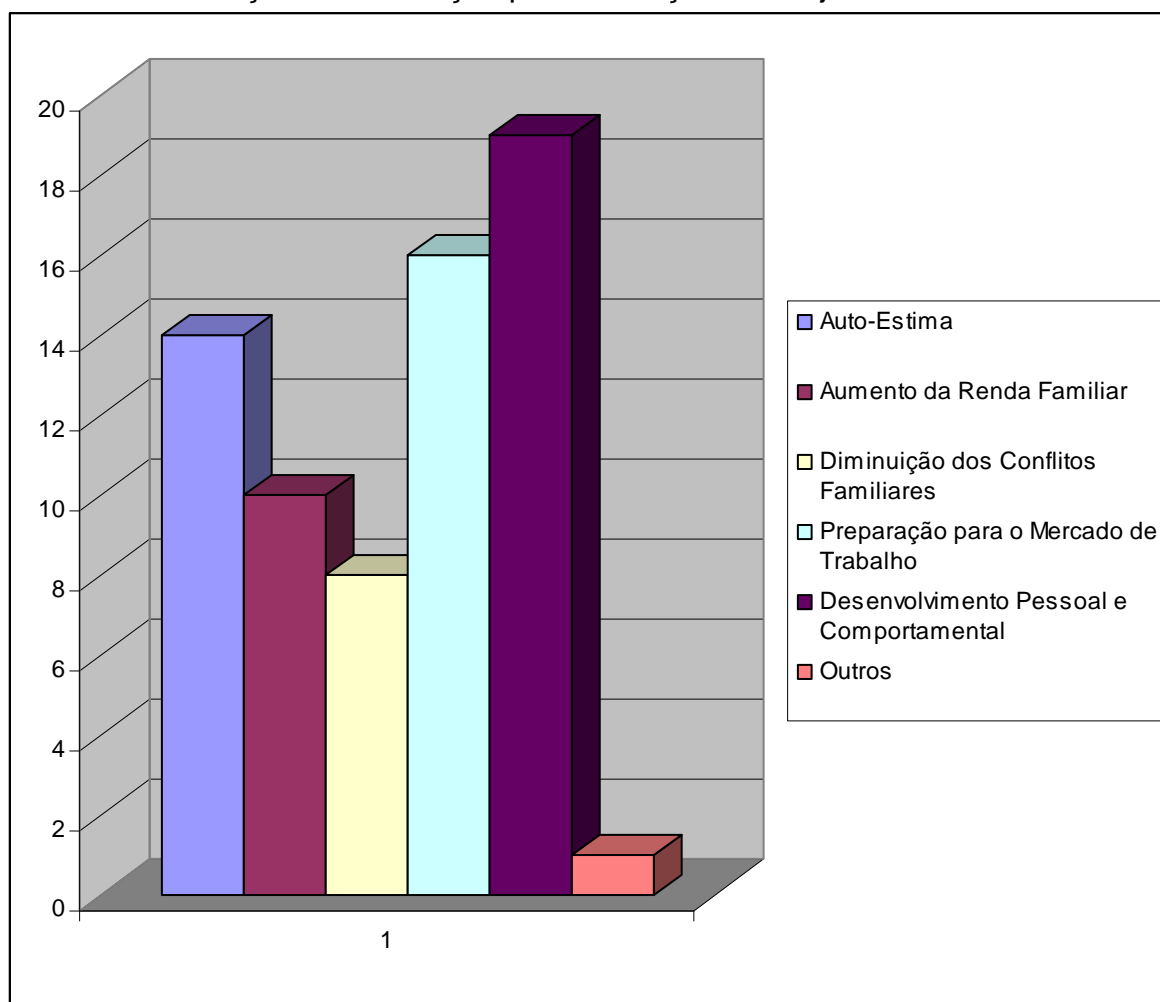
Gráfico 8 - Avaliação do Atendimento do Projeto ViraVida



No gráfico 8 foi apresentado a avaliação do atendimento do Projeto ViraVida onde 100% dos entrevistados avaliam que o atendimento é eficiente. Em algumas

respostas encontramos as seguintes justificativas. “A mudança na vida dos participantes é visível”.

Gráfico 9 - Avaliação da mudança após a inserção no Projeto ViraVida



No gráfico 9 constatou-se a avaliação sobre a mudança de vida após a inserção no projeto ViraVida onde 27% avaliam que o desenvolvimento pessoal e comportamental foi o que mais mudou entre os jovens, 24% acreditam que foi a preparação para o mercado de trabalho, 21% acredita que foi a elevação da auto-estima, 15% avaliam o aumento da renda familiar, 12% avaliam a diminuição dos conflitos familiares e 1% respondeu o indicador outros justificando que “ocorreu o desenvolvimento de habilidades e competências, novas perspectivas, descobrir-se com um ser capaz, com qualidades, possibilidades de mudanças da sua condição social”.

Em relação ao gráfico 5, 6 e 7 foi analisado que a política pública de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual não é 100% eficiente sendo necessária uma reformulação em sua estrutura de atendimento, gestão e cumprimento das leis. Constatou-se a ineficácia da política através dos relatos e justificativas nos trabalhadores da política de assistência e rede de proteção de crianças e adolescentes do município de Curitiba. Já o gráfico 8 e 9 foi analisado que grupo entrevistado está satisfeito com a atuação do Projeto ViraVida e que os dados apresentados servirão de indicadores quantitativos e qualitativos para que o processo de implantação do ViraVida como política pública seja efetivada.

5.5 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

A proposta corre o risco de não ser aprovada enquanto política pública, porém nos embasaremos na pesquisa e investiremos nas articulações políticas.

6. Conclusão

Esta pesquisa oportunizou através dos dados coletados e analisados o conhecimento da ineficiência da política pública de atendimento a crianças e adolescente vítimas de violência sexual do município de Curitiba.

Com este resultado conseguiu-se alcançar os objetivos gerais e específicos deste trabalho, sendo a avaliação da execução das políticas públicas de atendimento onde foi constatado que há a necessidade de uma reformulação da política pública na área da violência sexual contra crianças e adolescentes. A identificação dos tipos de violência sexual foi o primeiro objetivo específico, sendo que foi realizada a pesquisa e constatados os diversos tipos de violência o segundo objetivo específico foi a identificação dos serviços de atendimentos do município de Curitiba, sendo realizando uma análise de conjuntura a nível nacional para o âmbito municipal identificando os tipos de serviços público e privado e o terceiro objetivo específico foi a avaliação da eficácia dos serviços de atendimentos onde foi observado os programas existentes de atendimento e identificado uma organização nos serviços, tanto de infra-estrutura, recursos humanos, etc. Este indicador é relevante para que o projeto ViraVida seja reconhecido com uma política pública.

É necessária a reflexão sobre a operacionalização da política em questão a nível municipal, suas dificuldades, alinhamentos, processos e estruturas, uma vez que a política social é de utilidade pública e de interesse de todos os cidadãos.

Contudo oportunizou também a avaliação do atendimento do Projeto ViraVida e sua contribuição no processo de vida dos jovens inseridos que para mim foi de grande valia o conhecimento do índice de 100% de efetividade e êxito em sua proposta.

É importante o conhecimento por parte das autoridades sobre esta pesquisa e a aprovação do ViraVida como política pública.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde.**

BRASIL. **Conselho Nacional do SESI.**

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.**1988. Ed. Brasília.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. 15 de outubro de 2004 e publicada no DOU em 28 de outubro de 2004

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB SUAS.** 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes.** 2013.

COSTA, M. R. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

CURITIBA. **Manual da Rede de Proteção.** 2002.

CURITIBA. **Fundação de Assistência Social – FAS.**

DIÓGENES. G. **ViraVida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil.** Serviço Social da Indústria. Brasília, 2010.

DYE. T. D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N. J. Prentice-Hall. 1984.

PARANÁ. **Federação das Indústrias do Estado do Paraná.**

PAIR. Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. Capacitação das Redes Locais – Cadernos de Textos: Curitiba/PR, 2009-2001.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham,N.J.: Chatham House. 1986.

RUA, M. G. Políticas Públicas. Brasília: UAB. 2009.

APÊNDICES

Pesquisa para trabalho de conclusão de curso – Gestão Pública UFPR

O ViraVida e as Políticas Públicas no município de Curitiba

Grupo 1

1 – Como você avalia as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Curitiba.

() Eficiente () Ineficiente Por quê? _____

(_____)

Outros _____

2 – Como você avalia o trabalho articulado numa gestão de redes (saúde, educação, assistência social, segurança pública, sistema de garantias de direitos) no município de Curitiba.

() Eficiente () Ineficiente Por quê? _____

() Outros _____

4 – Como você avalia o atendimento Projeto ViraVida?

() Eficiente () Ineficiente Por quê? _____

5 – Qual foi a mudança realizada em sua vida pelo Projeto ViraVida?

() Auto-Estima () Aumento da renda familiar () Diminuição dos conflitos familiares () Preparação para o mercado de trabalho () Desenvolvimento pessoal e comportamental ()

Outros _____

Pesquisa para trabalho de conclusão de curso – Gestão Pública UFPR**O ViraVida e as Políticas Públicas no município de Curitiba****Grupo 2**

1 – Como você avalia as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Curitiba.

Eficiente 100% Eficiente 50% Eficiente 75%

Ineficiente (menor que 25%) Por quê? _____

Outros _____

2 – Como você avalia o trabalho articulado numa gestão de redes (saúde, educação, assistência social, segurança pública, sistema de garantias de direitos) no município de Curitiba.

Eficiente 100% Eficiente 50% Eficiente 75%

Ineficiente (menor que 25%) Por quê? _____

Outros _____

3 – Qual a dificuldade encontrada para que as denúncias de vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes cheguem à rede pública.

